

## PRAÇA DE MAIO: LUGAR DE MEMÓRIA OU MEMÓRIAS VIVAS?

Rayssa Maria Pereira Araújo

### RESUMO

Este artigo vem propor algumas problemáticas em relação à famosa Praça de Maio argentina visando à reflexão acerca das várias questões existentes neste mesmo local, tendo como foco principal a presença das *madres* e *abuelas* desde o período da ditadura militar (1976-1983) até os dias atuais e as outras memórias ali existentes em uma relação conflituosa para trabalhar o que seria este lugar de “memórias” e a memória viva ali presente.

**Palavras-chave:** Lugar de memória; Praça de Maio; Memória-vida.

### INTRODUÇÃO

Como poderíamos definir a Praça de Maio argentina? Seria um lugar de “memórias” ou as próprias memórias vivas? Ou seriam as duas ao mesmo tempo? Palco de grandes agitações desde o século XIX até a atualidade nos apresenta outra dúvida: será que a praça seria um local de identidade ou de identificação para os argentinos? As questões acima propostas se dão a partir do caso das *madres* e *abuelas* da Praça de Maio durante a ditadura argentina e é no decorrer do artigo que estas questões poderão ser esclarecidas.

A expressão Praça de Maio vem da homenagem à Revolução de Maio em 1810 quando a Argentina (Vice Reino do Prata, no período) ainda era colônia da Espanha e lutava pela sua independência, aproveitando-se do momento de crise na Europa com as guerras napoleônicas. Durante uma semana, vários episódios ocorreram em prol do rompimento da “Argentina” com a Coroa Espanhola, conhecida como a “Semana de Maio”, trazendo apenas em 1816 a independência dessa região.

No século XX, outro acontecimento notório na praça viria fazer com que esta se tornasse um epicentro de recordações. Em 17 de outubro de 1945 mobilizações populares junto a CGT (Confederação Geral do Trabalho) e com o apoio de Eva Perón, libertaram o homem que viria a se tornar o presidente da Argentina: Juan Domingo Perón. Até os dias atuais a praça é utilizada para a celebração anual do peronismo.

Na década de 70, o que se passou a perceber neste local foi a presença das chamadas “Mães da Praça de Maio”, assim conhecidas porque protestavam por conta do desaparecimento de filhos e netos durante a ditadura militar iniciada em 1976. Até o presente momento, essas mães e avós continuam a frequentar a Praça manifestando-se em defesa do não-esquecimento do horror pelo qual passaram naquele período.

Já em março de 1982 o povo argentino continuava a se reunir na praça, mas agora para exigir o fim da ditadura. Paralelamente a isso, em 02 de abril do respectivo ano, a praça adquire novos usos, sendo também utilizada pelo ditador Leopold Galteri, a fim de legitimar a decisão tomada pela disputa dos territórios das ilhas Malvinas ocasionando, logo depois, a chamada Guerra das Malvinas.

Mas é em 24 de março de 2006, quando na Argentina se relembavam dos 30 anos do início da ditadura militar (1976-1983), quando mais de cem mil argentinos foram à Praça de Maio protestar e lutar contra as injustiças pelas quais vivenciaram naquele período de repressão militar e pela memória daqueles que não estavam mais ali presentes. A questão é que esses sobreviventes passaram por uma época de abuso de poder praticado pelos militares durante sete anos de ditadura e que o sofrimento ao qual foram submetidos, aliás, persistiu até a atualidade, pois muitos casos ainda não foram solucionados pela Justiça, além das lembranças negativas que não os fazem esquecer.

Ao longo dos tempos muitos argentinos utilizaram e continuam a utilizar a praça como palco de manifestações, como por exemplo: a comemoração de um novo mandato presidencial, de jogos esportivos; além do que ainda é uma área considerada de atrativos turísticos, pois reserva ao seu redor diversos monumentos históricos, tais como a Casa

Rosada, que é a sede da Presidência da República abrigando nela também o Museu da Casa do Governo; e a Praça do Congresso Nacional (Palácio do Congresso).

A Praça de Maio, juntamente com a Casa Rosada, também já serviu de cenário para a gravação de filmes. “A História Oficial” e “Evita” são exemplos disso. Outros monumentos também são bastante significativos na praça (como o Cabildo Histórico, a Casa Central do Banco da Argentina, a Estátua Eqüestre de Manuel Belgrano, general que participou da independência do país; e no centro, a Pirâmide de Maio como representação escultória da Liberdade).

A partir destes breves dados considerados importantes para determinados grupos sociais argentinos, todos ocorridos na Praça de Maio, é que podemos perceber como as relações entre as memórias desse local se dão de forma conflituosa e heterogênea, pois representam os mais variados interesses em um só lugar:

É fundamental considerar que a legitimidade dos rituais e lugares de consagração só é obtida, mantida e reproduzida por meio de disputas, num movimento de reapropriação e ressignificação simbólica, que reúne e confronta os diversos grupos que utilizarão tais datas para se opor à história oficial, reivindicar lutas, denunciar males da comunidade, propor fórmulas de salvação.<sup>1</sup>

## **AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO**

Iniciada em 24 de março de 1976, esta ditadura militar se tornaria uma das mais marcantes e aterrorizadoras já conhecidas na história da Argentina e da América Latina. Será diante da perda dos direitos civis, das repressões empreendidas pelos militares (sua base ideológica se baseava na Doutrina de Segurança Nacional adotada também em outros países do Cone Sul, como foi o caso do golpe militar brasileiro em 1964), que se desenvolverá os chamados “seqüestros” àqueles que se opunham ao regime. Essa prática repressiva baseava-se no que se vê abaixo:

A repressão argentina foi estruturada no trio seqüestro-desaparecimento-tortura de pessoas. As pessoas eram seqüestradas, em suas próprias casas tendo parentes e vizinhos como

testemunhas. A maior parte das ações ocorria já tarde da noite ou de madrugada pegando a todos de surpresa. Para facilitar a ação e disseminar o terror na vizinhança os grupos encarregados do seqüestro cortavam a energia elétrica deixando todos no escuro, usavam megafones, helicópteros e até mesmo granadas e bombas. Em seguida, a casa era invadida por um grupo de pessoas, que às vezes era composto por até 50 militares ou policiais, fortemente armados. A vítima então era levada em um dos vários carros usados na ação. Não sem antes que toda sua família, inclusive crianças, fosse aterrorizada e ameaçada<sup>2</sup>

Diante desta situação, muitos familiares passaram a questionar o regime, mesmo com hesitações, como também o desaparecimento de seus familiares. Reunindo-se em igrejas, dentre outros lugares, com o apoio inclusive de alguns poucos padres que se opunham ao sistema, as famílias se uniam na intenção de lutar contra essa política repressora. Foi assim portanto, percebendo nas críticas proferidas dentro de grupos fechados a não solução de suas demandas que muitas mulheres argentinas decidiram ir às praças para contestar o regime.

A Praça de Maio foi a escolha de muitas mães, cujos filhos estavam desaparecendo, muitas vezes para elas, sem vestígio de que essas pessoas poderiam ser subversivas. O local era conveniente e audacioso, pois na época a sede do governo, que era na Casa Rosada, situava-se e situa-se em frente à Praça, ficando as Juntas Militares e a população como espectadoras das reivindicações dessas mulheres que exigiam justiça.

A luta empreendida por estas não era somente contra a ausência “inexplicada” de seus filhos, mas também de seus netos que não lhes eram entregues quando suas filhas ou noras, detidas, tinham seus bebês. Assim nota-se que:

Las abuelas comenzaron esta lucha sin saber que iba a ser para siempre. Debieron dejar sus tareas cotidianas para reclamar y buscar a sus hijos y nietos desaparecidos por el terrorismo de Estado. Mucho han logrado y mucho queda aún por hacer.<sup>3</sup>

Por outras razões, a escolha da Praça de Maio tornou-se algo vantajoso. Primeiramente, porque o movimento feito por estas mulheres passou a ter visibilidade. No início elas eram rejeitadas, pois vizinhos e outras pessoas sentiam medo de acompanhá-las

já que, por sua vez, estas insistiam em desafiar a ditadura. Com o tempo, membros de outras famílias passaram a aderir à causa da crítica ao regime, tornando a Praça um local de manifestações aparentemente “seguro” já que a presença de turistas inibia a ação direta da repressão (porém, na prática, o movimento não usufruía de tanta segurança, muitas mães acabavam sendo presas, algumas torturadas, como no caso ocorrido 1977, onde Alfredo Astiz, sendo tenente da Marinha e trabalhando em um dos centros principais de tortura na Argentina, infiltrou-se no movimento dessas mulheres se passando por uma vítima, identificou as líderes do movimento e seqüestrou Azucena Villaflor, considerada a mentora das *madres*, matando-a, como também a muitas outras).

O segundo motivo seria, então, que a Praça de Maio constituía um local de sociabilidades da sociedade portenha em medida que a centralidade do logradouro como símbolo cotidiano, colocaria qualquer ato repressivo em xeque, e inclusive, a uma legitimação do regime autoritário se a coerção fosse manifestada:

A escolha da praça também foi fundamental no sentido de que nenhuma forma de repressão pública contra estas mulheres seria aprovada tanto pelo restante da população como pelo grande número de turistas que freqüentam o local. Além disso, caso reprimissem as Madres, o Estado deixaria claro aquilo que vinha tentando esconder: a violência como prática da ditadura para conter a oposição.<sup>4</sup>

O papel dessas mães não ficou reservado a somente protestar na Praça, pelo contrário, elas passaram a disseminar pelo mundo inteiro suas dores e suas ações. Viajando para o exterior, buscaram ajuda em instituições religiosas chegando até mesmo a falar com o papa João Paulo II; fizeram marchas com outras organizações de Direitos Humanos; participaram de missas; vigiaram locais de tortura, entre outros aspectos.

Paralelamente a isso, as *madres e abuelas* utilizaram, em 1978, do Campeonato Mundial de Futebol na Argentina, fazendo dele um meio de propagar a sua sanha, ganhando destaque no mundo todo. Começou então a aparecer a imagem dessas mulheres marchando na Praça de Maio pelas televisões de vários países, já que o governo não tinha

poder suficiente sobre os meios de comunicação internacional. Todavia, durante período do Campeonato Mundial ocorreu um novo fato:

No entanto, não há dúvida de que há muito a dizer sobre o Mundial de 1978, principalmente quando se pensa na sua relação com outro fato terrível promovido pela ditadura militar: a Guerra das Malvinas.<sup>5</sup>

A Guerra das Malvinas ocorreu entre Argentina e Reino Unido disputando a região das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul entre os dias 02 de abril e 14 de junho de 1982, que haviam sido tomados em 1833 pelo Reino Unido. Ao final do conflito, a Argentina sai derrotada com cerca de 649 soldados mortos.

A relação da Guerra das Malvinas com o objeto de estudo analisado aqui, seria pelo fato do governo ditatorial usar, na época, a Praça de Maio para conseguir o apoio popular durante o Campeonato Mundial:

A substância povo, que foi escorrendo pelas fissuras e pelas falhas da sociedade atual, tinha a capacidade de produzir um sujeito coletivo que podia protagonizar as piores aventuras (como a de apoiar uma guerra ensandecida: nós, argentinos recordamos da Praça de Maio clamando contra os ingleses diante dos olhos do ditador Leopoldo Galteri).<sup>6</sup>

Aproveitando-se da paixão pelo Mundial de futebol, a ditadura utilizou a população, extasiada diante da vitória da seleção nacional, para fortalecer a idéia de que a ditadura dava liberdades públicas. Assim, as duas questões unem-se em uma só, a qual seria o nacionalismo esportivo e territorial, fazendo com que a população, em um discurso envolvente, defendesse a idéia da necessidade de invadir as Malvinas:

A Guerra das Malvinas também levou o povo às ruas e provocou, durante algumas semanas, um estado de exaltação coletiva que se parecia bastante com a celebração de uma vitória popular quando, na realidade, tratava-se de uma cumplicidade sinistra e definitiva.<sup>7</sup>

As mães da Praça opuseram-se à guerra, pois além de ter sido proposta pelo governo ditatorial, era mais um grande número de jovens que morreriam em nome de um Estado

repressor. Nesse sentido, chamando a atenção para o número de combatentes mortos, as mães criaram o slogan: “*As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também*”.<sup>8</sup>

A partir da década de 80, as mães passaram a freqüentar uma vez por semana a praça nas quintas-feiras a partir das 15h30min. Até hoje elas estão presentes no local para não fazer o mundo e, principalmente, o povo argentino esquecer-se daquela tortura vivenciada por elas, pelos filhos e, possivelmente, pelos netos. Desejam a punição dos que violaram os Direitos Humanos para reivindicar que a maioria não concorda com a anistia dos militares culpados; nem com a indenização pela morte de seus filhos. Estão até hoje na Praça de Maio, pois para elas a memória da ditadura militar está viva e não pode ser esquecida pelo povo. Para essas mulheres e os demais familiares das vítimas, o período ditatorial argentino foi:

(...) Sinistra construção do esquecimento esta orquestrada por meio do terror do desaparecimento de opositores políticos, porque deixa viva a morte dessas pessoas através da tortura, que é a ausência de informações e de seus corpos. Aos seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo.<sup>9</sup>

As *abuelas* tentam reencontrar seus netos retirados e seqüestrados das mães grávidas durante a ditadura e que não foram devolvidos até os nossos dias, sendo que muitas dessas crianças podem ter sido adotadas pelos próprios torturadores de seus pais ou por pessoas que apoiaram a ditadura. Com o auxílio de várias partes do mundo, as avós da praça estão conseguindo aos poucos recuperar algumas dessas crianças. Na praça, uma *abuela* assim foi vista:

El grito desgarrador de una abuela tiene a fuerza para desgarrar el silencio más cerrado. Esta fuerza – que tiene rostro de mujer, como la justicia – se abre paso hasta superar todos los obstáculos. En La Plaza de Mayo el grito de una abuela se convirtió em muchos gritos, muchas voces, cada vez con más fuerza, y la verdad se abrió paso em la no siempre justa justicia de los hombres. E la justicia es mujer, es madre y es abuela.<sup>10</sup>



(La abuela Clara em una de las primeras marchas reclamando por los hijos y nietos desaparecidos a manos del terrorismo de Estado.)<sup>12</sup>

A citação e a imagem acima exposta pertencem a Revista *Abuelas 30 años* (1977-2007) demonstram a representação de uma visão que absorve aquilo que seus filhos foram e não o podem mais ser, e elas incorporam este fato como forma de amenizar a dor da perda. Elas são memória viva porque encarnam a justiça que não veio.

E assim prosseguem na luta, estas mulheres, as quais conseguiram grandes conquistas ao recuperar a identidade de muitos dos netos que haviam desaparecido durante o regime. A força das *madres e abuelas* fizeram com que a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança incluísse três artigos promovidos pelas avós para a proteção do direito à identidade. Além disso, com o apoio da tecnologia, foram analisados o sangue das várias mães e avós no intuito de reconstituir o mapa genético dos desaparecidos, conseguindo criar um banco de dados genéticos com seus os DNA's, tendo apoio de instituições com auxílio jurídico e psicológico engajados nesta causa.

**AFINAL, A PRAÇA DE MAIO SERIA O QUÊ?**



A praça é um espaço central na história política argentina. As praças concentram poder de evocação, tanto de festejos quanto de protestos. Servem para comemorar as vitórias esportivas, assim como as políticas. A Plaza de Mayo de Buenos Aires é, sem dúvida, o símbolo republicano por excelência, o que marca o início das manifestações que deram origem à nação.<sup>14</sup>

Sobre a perspectiva de lugar de memória podemos observar o seguinte: “há locais de memória porque não há mais meios de memória.”<sup>15</sup> Já em relação à memória viva partimos do pressuposto que a esta é uma herança histórica, e o sofrimento, no caso das *madres e abuelas* da praça, é instrumento de perpetuação de memória na busca de garantir para as próximas gerações a história de seu presente. A memória destas mulheres constrói e reconstrói a vida de seus filhos, sobretudo pela ausência.

Retornando ao título do artigo Praça de Maio: Lugar de Memória ou Memória Viva, o que se pode obter a partir disso? Se pensarmos que a Praça de Maio envolve uma série de memórias com interesses distintos e que estão em conflito, pois este campo é o da disputa de interesses, poderemos notar as várias memórias que um mesmo local pode oferecer de uma forma, muitas vezes, ambígua.

Tendo por exemplo à utilização da Praça pelos militares como já fora citado, é óbvio o intuito destes em se beneficiarem com o momento, aproveitando-se do Mundial, da paixão dos argentinos pelo time, do nacionalismo vivo e forte durante aquele período e “aliando-se” à população com o intuito apaziguador em relação ao regime para criar no espírito argentino a necessidade de se fazer uma guerra, mas contra o imperialismo inglês na luta pelos “interesses do povo” em defender o território deles e no intuito de fortalecer o regime com a vitória da Guerra das Malvinas, utilizando a Praça de Maio com cenário para essa comemoração junto a grande maioria da população, que enfeitiçada pelo discurso da época, deu grande apoio. Percebe-se então: *“a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder”*<sup>16</sup> e no qual *“os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”*<sup>17</sup>.

Além disso, observar-se que:

O clima da época não se definia apenas por afinidades pragmáticas ou identificações afetivas. As ideologias, longe de declinar, apareciam como sistemas fortes que organizavam experiências e subjetividades.<sup>18</sup>

Contraopondo-se a essa visão dos militares, temos naquele mesmo local, mulheres que se manifestavam desde 1977 lutando contra as injustiças e a repressão do mesmo regime e tentando fazer com que aquele momento de exaltação patriótica não ludibriasse a população, o que não obstante acabou ocorrendo.

A questão proposta é que a praça é um lugar de “memórias” (por seus vários acontecimentos já citados). Ali, ocorre algo historicamente intrigante para o estudo das memórias coletivas. Pensando desse modo, vem a pergunta: o que seriam as mães da Praça? Mulheres que até hoje freqüentam o local reivindicam, sem a pretensão do esquecimento acerca do que representou o terrorismo promovido pela ditadura, principalmente porque elas sentem as conseqüências hoje e talvez pelo resto da vida por causa da perda dos filhos, do seqüestro dos netos, na mudança radical em suas rotinas, na perseguição que sofreram

durante o regime e que ainda sofrem, uma vez que passam por ameaças e hostilidades. A memória da ditadura é analisada desta forma:

É evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso da nossa história. Mas também é um campo de conflitos para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola. É um campo de conflitos também para os que sustentam que o “nunca mais” não é uma conclusão que deixa para trás o passado, mas uma decisão de evitar, relembrando-as, as repetições.<sup>19</sup>

As mães são, sim, a memória viva daquilo que ocorreu há trinta anos e até o momento elas não necessitam de um lugar de memória, porque elas são a própria lembrança, viva. Agora pode se explicar o motivo do título, pois a praça como um lugar, um objeto da cidade, não pode ter uma memória viva. Isto existe apenas em pessoas como nas mães e não no lugar por si só, o que tornaria incoerente.

Explicando esse jogo de palavras hora conflitante, hora aparentemente incoerente, as mães da praça podem ser entendidas como um meio de memória, e não bastasse isso, ainda utilizam um lugar de memória, que não é o delas. Até o atual momento não há necessidade de um lugar de memória para essas mulheres, já que elas são a própria memória. Um lugar de memória para elas só poderia existir se as mesmas não tivessem mais outros meios de lembrar aquilo que ocorreu, que já tivessem morrido, que acabassem. Talvez assim a Praça de Maio se tornasse um lugar de memória para as suas recordações.

As mães utilizam a Praça de Maio porque sabem que ali é um local especial, que evidencia a sua manifestação. Ali, elas estariam reivindicando diretamente contra as Juntas Militares que ficavam na Casa Rosada, sendo obrigados a ouvirem suas queixas, vendo que elas não se calariam tão facilmente. E foi naquele lugar de memória que estas mulheres foram e são reconhecidas no mundo inteiro por sua luta incansável e contínua na busca por justiça.

É nesse sentido que, a memória viva utilizando o lugar de memória se entrelaça de uma forma como se a praça pudesse ao mesmo tempo dar conta dessas duas vertentes de memórias. E para tentar entender melhor o conflito que se dá na relação distinta da memória viva e do lugar de memória inseridos na Praça de Maio que o tópico seguinte nos sugere refletir, pois:

Memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.<sup>20</sup>

Enquanto:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.<sup>21</sup>

## **A IDENTIDADE**

Uma outra problemática surge em torno da Praça de Maio como foi proposto no início do artigo: a praça é uma local de identidade ou identificação para os argentinos? Para podermos explicar esta dúvida, recorreremos a uma abordagem aqui já anunciada: memória. Não se explica a primeira, de certa forma, sem dar atenção à segunda, pois elas se correlacionam e divergem entre si. Da mesma forma que uma memória individual ou coletiva é construída e está no campo da disputa e dos interesses de vários grupos políticos e ideológicos, o fenômeno identidade assemelha-se a isto:

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.<sup>22</sup>

Trazendo o que foi exposto acima para o caso da Praça de Maio, notamos como as construções das várias memórias, ali presente, são de grande significação para o povo argentino, que tem com aquele local um sentimento de pertencimento, de aceitabilidade. Nesse sentido:

Ao selecionar os acontecimentos importantes no passado da nação, as comemorações históricas fixam memórias, ensinam, inculcam identidades. Monumentos, homenagens, atos por mortos pela pátria e nas datas pátrias demarcam tópicos na memória coletiva. A evocação da nação é reatualizada e construída com base em uma série de rituais de oficialização que, ano após ano, são repetidos, impostos nas escolas, praças ou lugares de culto. Ao sacralizar lugares que são de todos, os monumentos põem em prática estratégias para festejar coisas que transmitem identidade para todos.<sup>23</sup>

Não é à toa que os conceitos memória e identidade estão no campo da disputa, tendo, por exemplo, a presença do peronismo como data comemorativa na praça, de um lado, e de outro, observamos posses de presidentes de direita no mesmo local, assim como tivemos as Mães da Praça opondo-se ao regime ditatorial de 70, enquanto os militares utilizavam o mesmo espaço para que o povo sob forte ideologia nacionalista apoiasse a Guerra das Malvinas.

É a herança de um passado em especial que muitas vezes faz com que um indivíduo ou um grupo tenha uma identificação com um determinado local, tal como ocorre com a Praça até hoje, ou um lugar de identidade e de memória ao mesmo tempo, pois estas últimas estão entrelaçadas, já que se observa como as pessoas na Argentina ao desejarem comemorar ou protestar, fazem da Praça um símbolo para os mais diversos atos:

Lembrar o passado é um elemento essencial na conformação da identidade, individual ou coletiva. A necessidade de lembrar é, talvez, a principal atribuição da memória. Sem memória não existiriam referências ou experiências. A memória individual que interage com a de outros indivíduos, vincula-se à memória do grupo, formando parte dessa memória coletiva. A lembrança individual tornar-se de domínio coletivo, assumindo os valores, a língua, os traços culturais e as vivências que passam a ser comuns, assim como a elaboração da memória e das novas lembranças.<sup>24</sup>

Quando refletimos acerca da idéia de identidade podemos pensar nas várias interpretações desta palavra e as construções feitas acerca dela, na medida em que as disputas entre várias identidades se fazem no cotidiano da ação. Porém ao analisarmos seu sentido vemos que não é uma relação de igualdade, principalmente, quando esta é formada racionalmente pra legitimar um tipo de dominação.

A identidade é algo complexo na Praça de Maio, da mesma forma que a memória, pois possui múltiplas possibilidades de significações. É analisar que o discurso da identidade foi algo produzido na idéia de rememoração, comemoração de atos da elite. No entanto a população tem a possibilidade de ressignificar à praça assim como as Mães de Maio fizeram.

Portanto, ao adicionarmos o conceito de identificação à identidade, veremos que são relacionadas em uma via de mão dupla. Se identidade, a priori, tem a ver com a idéia de unidade da nação em torno de um grupo, trazendo esse pensamento para a Praça de Maio como forma de ressignificação, podemos concluir como a resistência se faz a partir da própria existência da memória das Mães de Maio na praça.

Nessa dialética na qual se insere a identificação, podemos perceber que a complexidade diferencia que a aquela como reconhecimento de uma identidade não quer dizer um pertencimento, mas sim uma frente de disputa (ou uma ligação). Os generais participantes do golpe não têm identificação com a praça por causa das *madres e abuelas* de Maio, no entanto, podem ter uma identidade com o local em medida que este é um espaço cívico.

A identidade, então, possui elementos como:

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou

seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos.<sup>25</sup>

Dando ênfase à questão da presença das mães da Praça de Maio em relação à identidade e à identificação, podemos trabalhar ambas interligadas a fim de notar como tanto o primeiro como o segundo conceito são de extrema importância para explicar essas mulheres ali na Praça. Em busca de seus direitos em relação ao desaparecimento de seus filhos, a Praça acabou por fazer surgir um novo sentimento de identidade nelas, visto que:

Na praça estas mulheres também encontraram uma nova identidade e um novo sentido para suas vidas. Com a idade girando em torno de 40 a 60 anos e dedicadas as tarefas domésticas estas mulheres se viram no olho de um furacão atacadas em seu ponto mais vulnerável: seus filhos.<sup>26</sup>

Nesse aspecto, podemos entender a questão do que seria essa nova identidade para as mães, ao mesmo tempo que não seria exagero a Praça poder se constituir também como um local de identificação não só para elas, mas também para outras pessoas que ali a utilizam. Terminando por questionar a relação da Praça com as mães, podemos analisar o seguinte:

E na Plaza éramos todas iguais. Esse o que te aconteceu?, Como foi que aconteceu? Éramos uma igual a outra, pois a todas nos haviam levado os filhos, a todas nos acontecia o mesmo, tínhamos ido aos mesmos lugares. E era como se não houvesse nenhum tipo de diferença. Por isso a Plaza consolidou. E percebemos que nos avisávamos umas as outras, e que, na quinta-feira, às 15:30, nos reuniríamos na Plaza, num banco de praça. Não caminhávamos, não marchávamos.<sup>27</sup>

## CONCLUSÃO

Podemos concluir que as abordagens esboçadas durante o artigo afirmam a idéia de que a memória viva, o lugar de memória, a identidade e identificação estão em uma dubiedade: a da dialética e a da correlação ao mesmo tempo, não desvinculando a primeira

problemática da segunda, porque não se pode trabalhar a Praça de Maio argentina tratando a identidade sem mencionar memória e vice-versa.

Neste sentido, podemos perceber que tais questionamentos nos fornecem meios para refletirmos, não só o que já foi exposto acima, mas, também, para pensarmos em outras formas de utilização de tais conceitos na Praça, por suas múltiplas possibilidades de uso, devido à diversidade de grupos sociais ali presentes.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-Limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec Anpocs, 2001. ISBN 8527105721

<sup>2</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *Memória direitos humanos e política na Argentina contemporânea*. X Encontro Regional da ANPUH-RJ História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro -2002. <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Comunicacoes/Quadrat%20Samantha%20V.doc> (consultado em 20/08/07), p. 01.

<sup>3</sup> Tradução Livre: “As avós começaram esta luta sem saber que ia ser para sempre. Deveriam deixar suas tarefas cotidianas para reclamar e buscar seus filhos e netos pelo terrorismo do Estado. Muito tem obtido e muito tem ainda por fazer”. Revista Abuelas de Plaza de Mayo. Abuelas 30 años (1977-2007). [http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista\\_abuelas30.pdf](http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf) (consultado em 22/08/07), p. 02.

<sup>4</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *Op. cit.*, p. 03.

<sup>5</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Editora José Olímpio, p. 122.

<sup>6</sup> SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>7</sup> SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p.122.

<sup>8</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *Op. cit.*, p.05.

<sup>9</sup> TELES, Janaína. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2000.

<sup>10</sup> Tradução Livre: “O grito desesperador de uma avó tem a força para dilacerar o silêncio mais fechado. Esta força – que tem o rosto da mulher, como a justiça – se abre ao passo para superar todos os obstáculos. Na Praça de Maio o grito de uma avó se converteu em muitos gritos, muitas vozes, cada vez com mais força e a verdade se abriu ao passo nem sempre justo da justiça dos homens. E a justiça é mulher, é mãe e é avó”. Revista Abuelas de Plaza de Mayo. Abuelas 30 años (1977-2007). [http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista\\_abuelas30.pdf](http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf), p. 04, (consultado 22/08/07).

<sup>11</sup> Revista Abuelas de Plaza de Mayo. *Abuelas 30 años (1977-2007)* [http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista\\_abuelas30.pdf](http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf) (consultado 22/08/07).

- 
- <sup>12</sup> Revista Abuelas de Plaza de Mayo. *Abuelas 30 años (1977-2007)* [http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista\\_abuelas30.pdf](http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/revista_abuelas30.pdf) (consultado 22/08/07).
- <sup>13</sup> <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc170/mc170.asp> (consultado 19/10/07)
- <sup>14</sup> CATELA, Ludmila da Silva. *Op. cit.*, p. 221.
- <sup>15</sup> NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, SP – Brasil, 1981, p.07.
- <sup>16</sup> LÊ GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1992, p.11.
- <sup>17</sup> LÊ GOFF, Jacques. *Op. cit.*, p. 426.
- <sup>18</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Editora UFMG – Companhia das Letras. P. 62.
- <sup>19</sup> SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, P. 20.
- <sup>20</sup> NORA, Pierre. *Op. cit.*, p.09.
- <sup>21</sup> NORA, Pierre. *Op. cit.*, p.13.
- <sup>22</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> (consultado 20/10/07).p. 05.
- <sup>23</sup> GIRON, Loraine Slomp. *Da memória nasce a História*. IN: LENSKIJ, T & HELFER, N.E (Org.). A memória e o ensino da História. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUHS/RS, 2000. Ver: PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento da História. Revista Literatura e Autoritarismo: O Esquecimento da Violência revista Nº 04 <http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html> ISSN: 1679-849X (consultado 21/10/07).
- <sup>24</sup> CATELA, Ludmila da Silva. *Op. cit.*, p. 205-206.
- <sup>25</sup> POLLAK, Michael. *Op. cit.*, p. 05.
- <sup>26</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *Op. cit.*, p. 04..
- <sup>27</sup> BONAFINNI, 1998. [www.madres.org](http://www.madres.org) Ver: BERTA, Sandra Letícia e ROSA, Miriam Debieux. *As locas da Plaza de Mayo: o luto político*. (consultado 19/10/07) p. 05. <http://www.ip.usp.br/docentes/debieux/%5cpdf%5c2006aslocas.pdf>